

de poderem utilizar as verbas que estão em reserva.



# Reitores preparam críticas às medidas do Governo

## A possibilidade da utilização das reservas de poupança das universidades não está na proposta de lei do Orçamento de Estado.

Ana Petronilho  
ana.petronilho@economico.pt

Os reitores e presidentes dos institutos politécnicos estão a preparar um documento para entregar ao Governo, onde identificam os principais problemas financeiros com que as universidades se confrontam. Em causa estão, por exemplo, as dificuldades relacionadas com a cativação de verbas e o reporte trimestral de previsão sobre despesa e receita.

O reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Fernando Ramôa Ribeiro, diz que as instituições de ensino superior têm "informações de que há medidas que o ministro Teixeira dos Santos quer implementar e que serão muito gravosas para a gestão das universidades e politécnicos". O Diário Económico apurou que uma das medidas que mais provocou contestação junto dos reitores diz respeito à utilização das cativações. "Apar-

entemente o assunto ainda não está resolvido", sublinha Ramôa Ribeiro. Durante o ano passado, o reitor tinha a possibilidade por delegação dos ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, e de Teixeira dos Santos, de poder utilizar as verbas em cativação, que correspondem a 20% do orçamento de cada instituição. Desde que a instituição de ensino superior apresentasse provas "de que todo o seu orçamento estava gasto, era possível utilizar as cativações para podermos pagar a Caixa Geral de Aposentações", explica o reitor da Universidade Técnica de Lisboa. Esta é uma das medidas que não está na proposta de lei do Orçamento, o que "preocupa muito" os reitores e presidentes dos institutos politécnicos.

Para além desta medida, foi também pedido às universidades e institutos politécnicos um relatório trimestral com uma



"Se as medidas que estão previstas na lei do orçamento forem implementadas, vão criar fortes problemas à gestão das universidades", diz Ramôa Ribeiro.



Para o presidente do CCISP, João Sobrinho Teixeira é preciso ver "a melhor forma de adaptar estas medidas à realidade do ensino superior".

previsão dos gastos e receitas.

Para o vice-reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Luís Ferreira, este é um pedido que "não é exequível" junto das instituições de ensino superior porque "não é possível que as universidades consigam prever os seus gastos e as suas receitas de forma tão apurada". Luís Ferreira dá mesmo o exemplo de que é impossível que uma instituição de ensino preveja a avaria de um instrumento de laboratório e que inclua o arranjo antecipadamente no relatório pedido pelas Finanças.

Já para o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, João Sobrinho Teixeira, este pedido é "compreensível, tendo em conta o contexto de crise que o país atravessa". No entanto, Sobrinho Teixeira refere que a questão passa por "ver a melhor forma de adaptar esta necessidade das Finanças, à realidade do ensino superior".

Para discutir e analisar estes temas, foi criado um grupo de trabalho do qual fazem parte o reitor da Universidade do Minho, António Cunha, como representante das universidades, o presidente do Instituto Politécnico de Portalegre, Joaquim Mourato, a representar os institutos politécnicos que vão reunir hoje para apresentar propostas ao ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Direcção Geral do Orçamento. Sobrinho Teixeira diz que esta "é uma reunião para se acertar agulhas em relação a este processo". No entanto, Ramôa Ribeiro mostra estar mais preocupado com estas medidas e espera que "deste grupo de trabalho e das propostas que iremos fazer surja, de facto, uma solução". Em sua opinião, e tendo em conta os cortes que outros ministérios sofreram os reitores "não se podem dar por insatisfeitos". No entanto, "se as medidas que estão previstas na

lei do orçamento forem de facto implementadas, vão criar fortes problemas à gestão das universidades portuguesas", reforça.

**Ensino Superior já tinha sido excepção**

O Ministério das Finanças já tinha tentado avançar com estas medidas, durante o ano passado. No entanto, devido à pressão dos reitores que chegaram até ameaçar demitir-se, o Governo recuou e assinou um despacho a autorizar as instituições de ensino superior a utilizar as verbas que deveriam estar reservadas para poupança. Assim, ao contrário do que acontecia com os restantes fundos e serviços autónomos, o ensino superior foi a excepção e podia avaliar quando precisa de utilizar as verbas que estavam cativas. Este ano, o despacho ainda não chegou às instituições de ensino superior. ■

**CORTE ORÇAMENTO**

**2.192,6 milhões de euros**

Para além do corte nos salários, as instituições de ensino superior sofreram um corte orçamental para 2011 de mais de dois milhões de euros, que traduz uma percentagem de 3,2% em relação ao ano de 2010.